

ILMO(A). SR(A). AGENTE DE CONTRATAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG

Concorrência Eletrônica nº 12/2024

Processo Administrativo/Licitatório nº 152/2024

ESTRUTURAR ENGENHARIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.568.934/0001-06, com sede comercial sito à cidade de Paraopeba/MG, Rua Deodoro Campolina, nº 217, B: Canaã, neste ato, por seu sócio- administrador Rafael Vinicius Silva Straelh , nos autos do PROCESSO LICITATÓRIO — CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA em epígrafe, vem por seu representante legal, opor o presente RECURSO, contra decisão que DESCLASSIFICOU A RECORRENTE, causando assim sua desabilitação, bem como contra decisão que habilitou e tornou vencedora a empresa GAIGHER ENGENHARIA LTDA pelos fatos e fundamentos que se seguem:

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, o prazo para apresentação de recurso ser de 3 (trê) dias conforme artigo 165 da Lei 14.133/2021. Haja vista que, a manifestação de intenção de recurso da recorrente se deu na data de 25/03/2025, bem como o Agente de Licitação informou que, o prazo para apresentação de recurso será até dia 28/03/2025, ás 23:59, restando o presente recurso TEMPESTIVO.

II – RESUMO DOS FATOS

Trata-se de Recurso interposto **por** *ESTRUTURAR ENGENHARIA LTDA* contra decisão do Sr. AVALIADOR GUSTAVO MACHADO DUFFLES TEIXEIRA, que solicitou esclarecimentos adicionais quanto á comprovação da exequibilidade demonstrada pela licitante, e ainda **contra decisão do Agente de Contratação que desclassifcou a empresa**.

A recorrente foi declarada vencedora do presente ato licitatório, apresentando sua proposta, foi considerada inexequível. Contudo, conforme trata a Lei 14.133, foi aberta diligência pela administração pública para que a empresa comprovasse a exequibilidade de sua proposta.

No prazo de diligência foi apresentado um relatório informativo sobre os produtos, preços e composição, explicando ítem a ítem, eliminado qualquer dúvida que poderia restar, o relatório afirma e a NF reafirma o valor apresentado para o produto CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60, INCLUSIVE ESPAÇADOR, relatório acompanhado dos documentos comprobatórios de todo o alegado, inclusive a nota fiscal, que tem fé pública, expedida por empresa do próprio município. A NFe corresponde a corte, dobra e montagem, inclusive o transporte, portanto fica claro que a NFe é de corte dobra e montagem, o custo total da NF-e é de R\$72.451,55 o peso indicado total é de 10.093,450kg, logo dividindo o valor total pelo peso encontramos um valor de 7,17 como informado no relatório anexado, já foi demonstrado na própria composição anexada no processo licitatório, o custo do material, inclusive o custo total informado na composição de custo é superior ao custo da NF-e, custo da CPU R\$8,33. Contudo foi apresentada Análise Técnica pelo então avaliador nomeado pela administração pública, conforme informado acima informando sobre "supostas" divergências entre custo informado para o CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60, INCLUSIVE ESPAÇADOR e o cálculo por ele realizado.

Ocorre que, os fundamentos apresentados para justificar a divergência não devem prosperar, haja vista a empresa possuir toda a adequação, possibilidade e viabilidade de cumprir a proposta apresentada, conforme fora demonstrado nos documentos apresentado, comprovando por gama de documentos a exequibilidade apresentada sem "DIVERGÊNCIAS".

quanto á sua validade, a nota fiscal apresentada se refere a corte dobra e montagem do Aço, conforme foi afirmado no relatório anexo á licitação. Nota Fiscal emitida por empresa conhecida, conceituada e da própria cidade.

Não obstante a referida composição é tanto quanto subjetiva, uma vez que o aço empregado pode variar conforme o projeto aplicado, estamos ainda tratamento de uma modalidade de licitação semi-integrada onde a empresa faz um projeto para estabelecer qual será o aço que de fato será aplicado, podendo inclusive haver mudanças na composição de custo, considerando consumos diferentes, e coeficientes de produtividade diferentes, ressaltamos que a desclassificação foi desproporcional, sem considerar o principio da economicidade para os cofres públicos, além de causar danos ao erário, o valor da NFe foi de R\$7,17 13,92% MAIS BARATA que a CPU apresentada, como consta na lista de documentos anexados, demonstra que o custo da NFe é 13,92% inferior ainda a CPU, além do BDI está incluso o lucro da empresa que poderia facilmente ser subtraído para exequibilidade caso ainda restasse dúvidas. Portanto o valor apresentado na CPU está compatível com a NFe e não existe divergência

Noutro giro, a administração pública após desclassificar a recorrente, aceitou o valor de R\$ 8,54 (oito reais e cinquenta e quatro centavos), valor muito próximo ao proposto pela recorrente, apresentando uma diferença irrisória no preço.

Uma vez que, a empresa Recorrente comprovou por todos os documentos sua exequibilidade, sem motivos para se falar em divergência, pois tudo fora demonstrado, explicado e comprovado, suficientemente pelos documentos anexados, contudo a administração pública a desclassificou e aceitou preço maior de outra empresa, estamos diante do descumprimento do princípio do interesse público, da probidade administrativa e da transparência, todos elencados no artigo 5º da Lei 14.133/2025. Além de transgredir os princípios apresentados, tal posicionamento da administração provocará um prejuízo aos cofres públicos no importe de entorno de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), denomindo Prejuízo ao Erário, cabendo inclusive intervenção do Ministério Público e Tribunal de Contas.

II - DO MÉRITO

II.1 - Da Desclassificação da Empresa Recorrente.

A presente situação, contém atos passíveis de interposição de recursos, representações, e pedido de reconsideração.

Conforme preceitua o artigo 165 da Lei 14.133/21, cabe recurso administrativo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante; julgamento das propostas; anulação ou revogação da licitação; indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento; rescisão do contrato, vejamos:

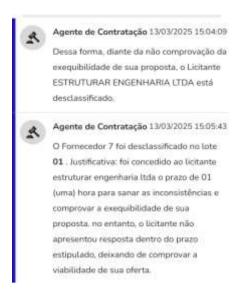
- **Art. 165.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:
- I recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- § 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:
- I a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

Sobre o pedido de habilitação, reforma da decisão e reclassificação da empresa ESTRUTURAR ENGENHARIA LTDA, a empresa cumpriu a diligência solicitada, comprovando a exequibilidade, apresentando a CPU, NFe, além do relátório de diligência demonstrando o que significa a NFe, a empresa julgou desnecessária apresentação de novos demonstrativos, haja vista que na diligência, fora exaustivamente comprovada a exequibilidade, cabendo a empresa aguardar o tempo de abertura para recorrer, da decisão da fase de habilitação, além do edital não deixar claro, quanto aos prazos estabelecidos pelo agente de contratação, o qual estabeleceu um prazo de 01 hora para demonstrar, aquilo que já estava demonstrado na CPU, seria redundante a empresa apresentar o que já tinha sido solicitado, além de entendermos que era execesso de formalismo, uma vez que o analista não da um parecer que desclassificaria a empresa pela falta de comprovação, pelo contrário a empresa comprova com CPU e NF-e, o que faltou foi a compreensão dos dados informados ou falta de interpretação do anallista, do que já havia sido demonstrado, na própria CPU, não existe inconsistência e tampouco falta de comprovação, na verdade o que houve foi a falta de interpretação do analista, que iremos demonstrar a seguir, mas entendemos que isso possa acontecer, mas que o mesmo pode facilmente reconsiderar, o que iremos defender, é trazer economicidade ao município, e evitar danos ao erário, cabe ao analista evitar possíveis processo administrativos e Embargos.



O agente de contratação desclassifica a empresa pelo fato de julgar a não comprovação da exequibilidade, e abre prazo de 01 (uma) hora para demonstrar a exequibilidade, entretando a empresa entendeu que já foi demonstrada a exequibilidade mediante a composição de custos CPU apresentada, juntada da NFe apresentada, não restando novas comprovações, cabendo apenas uma interpretação correta, por parte do analista do que foi apresentado. PORTANTE NÃO CABE DESCLASSIFICAÇÃO, UMA VEZ QUE A EXEQUIBILIDADE FOI DEMONSTRADA.

Como define bem a Lei 14.133 em seu Art.165 I, b) descrito abaixo a empresa tem a oportunidade de fazer seu recurso mediante a desclassificação da proposta, sendo assim a empresa está resguardada perante a Lei que rege as licitações públicas. Adiante iremos demonstrar que, o ocorrido foi falha na interpretação do analista e não falta de documentos e demonstração de cálculos, para comprovar a exequibilidade, faltou somente a leitura básica e matemática do analista, faltou usar o formalismo moderado como preceitua nossa Doutrina, assim a empresa seria classificada, e ainda confirmamos que a empresa será reclassificada, declarada vencedora, o que trará aos cofres públicos uma economia de Valor Licitado R\$ 8.981.364,87, Valor da empresa Estruturar Engenharia R\$ 6.588.073,39, economia de R\$2.393.291,48 E QUE CASO NÃO SEJA CLASSIFICADA E HABILITADA, será considerado danos ao erário e prejuizos aos cofres públicos de dois milhões trezentos e noventa e três mil reais e quarenta e oito centavos, o que daria para fazer UBS para população, equipar a escola com móveis, áreas de lazer, dentre outros benéficios a população, a reconsideração poderá trazer inúmeros benefícios a população, daria para construir 15 casas populares, considerando o CUB da construção civil do SINDUSCON, daria para equipar os postos de saúde com insumos e de Lagoa Santa-MG, portanto a exequibilidade já foi comprovada em tempo hábil, não caberia se não na oportunidade de recorrer dentro do prazo estabelecido na lei.

Conforme o Edital item

9.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8. O acolhimento do recurso invalidará tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, através de solicitação por chat da plataforma.

Considerendo o Art. 165, § 2º da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, solicitamos a classificação e habilitação da empresa ESTRUTURAR ENGENHARIA LTDA, uma vez que houve equivocadamente falha na análise do Sr. Gustavo Duffles Teixeira, como demonstrado a seguir:

Motivo de desclassificação "Quanto a comprovação de exeqüibilidade da proposta: Após análise da documentação apresentada, verificou-se uma divergência entre o custo informado em diligência para o serviço CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60, INCLUSIVE ESPAÇADOR e o cálculo realizado na análise dos documentos apresentados. Uma vez que o licitante afirma que o custo do serviço acima, considerando a nota fiscal apresentada é de R\$7,17 por quilograma, solicito o demonstrativo de cálculo para o valor informado, pois o valor calculado na análise supera, inclusive, o valor indicado na proposta."

A Empresa afirma na diligencia que o valor corresponde ao aço cortado, montado, incluindo o frete de entrega, Figura 04, apresentado dentro do prazo.

Para o item (3), realizamos uma comparação com contratos similares na região de Lagoa Santa. A empresa Estruturar Engenharia, em nota fiscal recente, solicitou o fornecimento de aço cortado e montado, incluindo o frete de entrega. O valor registrado foi de R\$ 7,17 por quilograma, enquanto na planilha licitatória apresentamos R\$ 8,33 por quilograma, demonstrando a exequibilidade do valor proposto.

Para o item (4), realizamos uma pesquisa de mercado com a empresa Jack – Ferro e Aço, que apresentou o valor de R\$ 39,99 para a telha metálica galvanizada, sendo esse valor equivalente ao proposto na planilha licitatória.

Por fim, para comprovar a exequibilidade da mão de obra, encaminhamos os holerites de nossos colaboradores, que totalizam R\$ 34.695,39, conforme planilha, para 13 funcionários. Considerando a duração da obra de 9 meses, a previsão de gasto totaliza R\$ 312.258,51. Esse valor é comparado à proposta licitatória, que apresenta um montante menor do valor proposto.

juridico@estruturardigital.com

Página 2|3

FIGURA 04 – Fonte : <u>Relatorio Diligencia - processo 152-2024 -</u> ESTRUTURAR ENGENHARIA.pdf

Em breve análise pode-se por meio de uma conta matemática, onde o analista acabou passando despercebido, (tudo bem, pode acontecer e ainda é tempo de reconsiderar suas análises, , sabemos que são muitas análises e o tempo é prejudicado para uma qualidade e acertividade, faz parte do nosso dia a dia).

A empresa ESTRUTURAR ENGENHARIA LTDA apresentou NF-e de Corte, Dobra, Montagem e transporte entrega na obra, do item de AÇO CA-50/60 CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60, no relatório de diligência a empresa deixa claro que a NFe é referente a esses serviços e materiais.

NFe o valor médio da composição sugere, o valor de R\$ 7,17 considerando o peso total 10.093,450kg da NF-e e Valor Pago R\$72.451,55 na NF-e apresentada, como é corte dobra e montagem, logicamente o arame é inclsuso para montar, portanto o média do valor sugere a composição no valor total de R\$7,17/Kg. Não pode considerar o custo unitário da NFe uma vez que a NFe é Material e mão de obra, por isso deveria ter o Sr Gustavo considerado o Valor de R\$7,17 e zerar os itens de mão de obra, e arame

avaliação, entretanto ainda é tempo habil para calssificar a ESTRUTURAR ENGENHARIA E RECONSIDERAR VENCEDORA, DE SUMA IMPORTÂNCIA ESSA CONSIDERAÇÃO, PARA SEGUIR A LÓGICA DA NF-e e do nosso RELATÓRIO APRESENTADO NO PROCESSO LICITATÓRIO.

NOME : RAZÃO:	SDCIAL.										CNEL/ CP	F			DATA DA ID	vessão	_
ESTRUTURAR ENGENHARIA LTDA									29	29.568.934/0001-06				16/08/2024			
ESTROTORAR ENGENHARIA ETDA INDERECO BAIRO/DISTRITO								27.	200.	CEP	1-00	DATA SAIDA / ENTRAD					
								CANTAL				35774 000					
R DEODORO CAMPOLINA , 217							CANAA					35774-000			16/08/2024 HORA DA SAÍDA		_
MUNICIPO						PONE / FAX					INSCRIÇÃO ESTADUAL						
PARAOPEBA						(31)98991-2527 MG					31212880021				13:37:03		
FATURA																	
			NOM	ERO				VALO	08.083G25	ial.	VAL	.08.D6	SCONTO		VALOR LÍQ	UIDO	
DADOS DA FATURA 00						72,451,55					0,00				72.451,55		
CÁLCULO DO	IMPOSTO																
BASE DE CALCULO DO ICMS YALOR DO ICMS BA			BASE CALC. IC	BASE CALC, ICMS SUBST. VALOR DO ICMS S					UBST. VALOR APROX DO			DOS TRIBUTOS VALOR TOTAL DO			L DOS PRODUTOS		
	72.451.56	8.694.19			0.	00		0.00			21.735.	5.47			72.401.		
VALOR DO FRES		VALOR DO SEGURO	DESCONTO			- 0	UTRAS DESP. AC		VALOR	DOTE	211100	VALOR TOTAL DAYS				1 201 110	i
	50.00 0.00					0.00					0.00				72.451.5		
	D offer				- 0,	00		0,00			0,	,00				14.90	1,,
BAZÃO SOCIAL	ADOR/VOLUM	ES TRANSPORTADOS			Lon	CEE BOX	CONTA	Гебрия	10.00		ACA DO VEÍO		UF	CNP1 CP			_
RAZAO SOCIAL					1111	ELEPON	CONTA	CODICIO	ASSIT	- "	ACA DO VEIC	CLO	UF.	CSETTCE	r		
O PROPR	Ю				_ () - RE	METENTE										
ENDEREÇO							MUNIC	iPiO					SF	DOSCRIC)	VO ESTABILA	L	
QUANTIDADE ESPÉCIE MARCA			MARCA.				мимельско			PESO I	MILTO		-	PESO LÍQ	UIDO		Т
												10.0	93,450		1	0.093.	43
DADOS DO PE	ODUTO / SER	/ICOS															-
CÓDIGO DO PROD / SERV.		EIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	ट्य	CFOP	UNID	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALO		DESCONTO		BASE VALOR		VALOR LP.1	ALIQU	X31
5	VERGALHAO	CA60 5.MM (DOBRADO)	72142000	000	5101	KG	675.00	9.11		47.50	0.00		6.151,75	738.21		12.00	-
168	VERGALHAO	CA50 8.MM (DOBRADO)	72142000	000	5101	-	204,00	7,00	1.4	28,00	0,00		1.428,99	171,48		12,00	_
4	VERGALHAO	CA50 6.3WM (DOBRADO)	72142000	000	5101	KG	1.589,00	7,30	11.5	99,70	0.00	- 1	1.607,71	1.392,93	0,00	12,00	-
275	VERGALHAO	CA50 10.MM (DOBRADO)	72142000	000	5101	KG	2.732,72	7,00	19.1	29,04	0,00	1	9.142,25	2.297,07	0,00	12,00	-
																	-
Б	VERGALHAD	CA50 12.5MM (DOBRADO)	72142000	000	5101	KG	3.368,00	6,90	23.2	39,20	0.00	2	3.255,25	2.790,63	0,00	12,00	_ (

FIGURA 05 — Fonte : Anexo Proposta Estruturar Engenharia Licitar Digital - PROCESSO LICITATÓRIO: 152/2024

O senhor Gustavo como companheiro engeheiro civil, sabe que qualquer vergalhão antes de dobrado ele precisa ser cortado, portanto cabe mão de obra para tanto realizar o corte como a dobra, isso são coisas elementares, além do preço de mercado estar adequado, a NFe ser de uma empresa LOCAL, caberia simplesmente, caso não acreditasse na declaração que a empresa fez no relatório, ligar na empresa e tirar a dúvida, a boa fé e declaração da empresa que a NFe apresentada é toda a etapa detalhada deveria ser suficiente para comprovação.

Apresentaremos agora as duas situações possíveis de interpretação dos documentos, e onde ambas comprovam a exequibilidade da proposta. Considerando o aço em R\$7,17/KG até a etapa de montagem, e incluso o arame.

Considerando a composição apresentada, R\$8,33/KG Figura 06



Prefeitura Municipal de Lagoa Santa Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

3) ACO

WATERING		UNIO	CONSUMO	VALORIINTARIO	сивто випАлю
MATED-11333	ARAME RECODIDO (BITOLA: 188WG) DIÁMETRO DO FIO: 1,25MM/MASSA LINEAR: 0,01KG/M/	Kg	0.0300000	PL\$ 13,7100	R\$ 0,411
MATED-8358	BARRA AÇO (TIPO: CA-50 BITOLA: 12.5MM(1) 2"(MASSA LINEAR: 0,963KSAM)	Kg	0,1540000	R\$ 4,6200	MS 0,711
MATED-11282	BARRA AÇO (TIPO: CA-SSISITOLA: 10MM(3) INJMASSA LINEAR: 0,617KG/M)	Кр	0.2530000	R\$ 4,9200	RS 1,244
MATED-11281	BARRA AÇO (TIPO: CA-50(BITOLA: 16MM[SI 81]MASSA LINEAR: 1.578KG/M)	Kg	0,1320000	PC\$ 4,6900	RS 0,619
MATED-8359	BARRA AÇO (TIPO: CA-SO(BITOLA: 25MM(3H") (MASSA LINEAR: 2.466KG/M)	Kg	0,0229000	R\$ 5,6100	PS 0,123
MATED-8356	BARRA AÇO (TIPO: CA-SDIBITOLA: 6,3MM(SN* 3MASSA LINEAR: 0,345KGM)	Ka	0,2090000	R\$ 4,9500	FIS 1,034
MATED-6357	BARRA AÇO (TIPO: CA-60)BITOLA: BMM(SH67) MASSA LINEAR: 8,395KG/M)	Kp	0,1650000	MS 5,1400	PIS 0,646
MATED-11284	BARRA AÇO (TIPO: CA-60)BITOLA: 4,2MM MASSA LINEAR: 0,109KG/M	Kø	0,0110000	RS 5,3000	R\$ 0,058
MATED-11385	BARRA AÇO (TIPO: CA-60(BITOLA: SMM) MASSA LINEAR: 0,154KG/M)	Kø	0.1540000	R\$ 5,3300	R\$ 0,820
MATED-0209	ESPAÇADORIDISTANCIADOR (MATERIAL; PLÁSTICO)COBRIMENTO: 30MM(TIPO: CIRCULÁR ENTRADA LATERALBITOLA AÇO: MENOR QU IQUAL 12; 5MM)	un.	0.2240000	PCS 0,2100	MS 0,047
MATEG-9300	ESPAÇADORIDISTANCIADOR (MATERIAL: PLÁSTICOICOBRIMENTO: SOMMITIPO: CIRCULAR ENTRADA LATERIAL (BITOLA AÇO: MAIOR 12.5MM)	ian	0,0400000	R\$ 1,1600	PLS 0,046
				TOTAL MATERIAIS:	R\$ 5,965
ERVICOR		UNIO	CONSUMO	РИЕСО ИМПАЛІО.	CUSTO UNITÁRIO
E0-50360	AJUDANTE DE ARMADOR COM ÉNCARGOS COMPLEMENTARES	hera	0,0458333	M\$ 14,9200	PI\$ 0.683
ED-50376	ARMADOR COM ENCARIGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0916667	R\$ 18,3400	R\$ 1,681
				TOTAL SERVIÇOS:	R\$ 2,366
				Custo Direto Totati	R\$ 8.330

FIGURA 06 – Fonte Relatório de Analise Gustavo

Após a subtração sobraria ainda um valor de (R\$8,33 – R\$7,17) = **R\$1,16**, esse valor cobre os custos de instalação do material o qual está incluso na mão de obra decomposta, o coeficiente utilizado é considerado o custo da armação instalada, mas nenhuma composição detalha o coeficiente de cada etapa, corte, dobra montagem, transporte e instalação, calcula-se o coeficiente do serviço completo, por isso a empresa apresentou o valor total de cada item.

Caberia simplesmente o Sr Gustavo Duffles, analisar com mais simplicidade e evitar o formalismo exarcebado, ainda que fosse analisar de forma profunda a conta seria a mesma, não mais que o apresentado a seguir.

RESUMO DA CPU APRESENTADO

Total de Materiais R\$5,9653

Total de Mão de Obra R\$2,3650

Total = R\$8,33

O valor da CPU apresentada pela empresa, é superior a NFe, o que já demonstra a

comprovar em documento em anexo, disponibilizado pela empresa FERTEL com sede no municipio de Lagoa Santa-MG, a qual faz uma declaração sobre a NFe para que não reste dúvidas ao ente publico, e não se fimr somente na boa-fé, entretanto a declaração da empresa e boa-fé já deveriam se suficientes para aceitabilidade e análise do docuemnto apresentado, conforme carta da FERTEL em anexo a NFe corresponde Corte, Dobra e Montagem.

Portante para compreensão do Senhor Gustavo o valor de R\$7,17/Kg É O VALOR TOTAL dividido pelo peso total, sendo assim a NFe não vem a composição exata, sendo a composição exata a apresentada na CPU, detalhamentosespecíficos foram descritos no relatório de diligência, o analista deveria usar do princípio da boa-fé e aceitar as informações prestadas, do valor informado de R\$7,17/Kg considerando, mão de obra, material, transporte e vergalhão.

Contudo, para que o município não permanecesse com dúvida a ESTRUTURAR ENGENHARIA LTDA, solicitou a FERTEL uma declaração, sobre a NFe, reafirmamos que a nossa declaração já seria suficiente para a veracidade dos fatos, portanto quando o Senhor Gustavo faz os cálculos, considerando R\$8,54 ele deveria desconsiderar o arame recozido, uma vez que a armação já vem pronta, cabendo fazer somente o ponteamento do trespasse, o qual o consumo já é considerado na CPU, o valor apresentado na CPU de arame é para o serviço completo de corte dobra e montagem, não resta dúvida quanto a exequibilidade da proposta apresentada, doravante que a empresa avaliada imediatamente após a nossa foi aprovada com valor similar ao nosso, além da empresa usar um coeficiente de mão de obra inferior ao nosso.

69e062a1-e3ed-4259-920b-254f6016fac5.pdf69e062a1-e3ed-4259-920b-254f6016fac5.pdf



Prefeitura Municipal de Lagoa Santa Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

AR ALLES AND AND ADDRESS OF THE AREA AND ADDRESS OF THE ADRESS OF THE ADDRESS OF THE ADDRESS OF THE ADDRESS OF THE ADDRESS	The state of the s	TAKE TO SERVICE	NAME OF TAXABLE PARTY.	44.000	MARKET MALE	mm mmm car c T m
Materiais	Consumo	Unid.	Custo Unitário	Custo Total	FONTE CUSTO	OBSERVAÇÃO
ARAME RECOZIDO 18BWG FIO 1,25	0,0300000	Kg	14,6600	0,4398	COTAÇÃO LICITANTE	
BARRA DE AÇO CA-50 B 12,5MM	0,1540000	Kg	5,4200	0,8347	NOTA FISCAL	
BARRA DE AÇO CA-50 B 10MM	0,2530000	Kg	5,6700	1,4345	NOTA FISCAL	
BARRA DE AÇO CA-50 B 16MM	0,1320000	Kg	5,4200	0,7154	NOTA FISCAL	
BARRA DE AÇO CA-50 B 20MM	0,0220000	Kg	5,4200	0,1192	COMPOSIÇÃO LICITAÇÃO	
BARRA DE AÇO CA-60 B 6,3MM	0,2090000	Kg	6,7600	1,4128	VALOR LICITADO	NÃO DISPONÍVEL NA NOTA
BARRA DE AÇO CA-50 B 8MM	0,1650000	Kg	5,9600	0,9834	NOTA FISCAL	
BARRA DE AÇO CA-60 B 4,2MM	0,0110000	Kg	7,2300	0,0795	VALOR LICITADO	NÃO DISPONÍVEL NA NOTA
BARRA DE AÇO CA-60 B 5MM	0,1540000	Kg	6,4300	0,9902	NOTA FISCAL	
ESPAÇADOR PLASTICO 30MM	0,2240000	un	0,2500	0,0560	COTAÇÃO LICITANTE	
ESPAÇADOR PLASTICO 50MM	0,0400000	un	0,7200	0,0288	COTAÇÃO LICITANTE	
Total de ma	iteriais:	7,0945				
Serviços						
ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0.0250466	hora	20,4225	0,5115		
AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,0504180	hora	15,1350	0,7631		
Total de serviço	s auxiliares:	1,2746				
EQUIPAMENTOS				0,1400		
Total Geral			8,5091		1	

O custo está abaixo do valor da proposta que é de R\$8,54, sendo assim, atesto que a exequibilidade foi demonstrada.

FIGURA 07 - Fonte: 69e062a1-e3ed-4259-920b-254f6016fac5.pdf Realatório Gustavo

Observa-se que o coeficiente de mão de obra foi reduzido, mesmo assim foi considerado aprovado, em relação ao coeficiente apresentado pelo municipio, portanto fica claro a incoerência nas avaliações, coeficiente geralmente é inaceitável fazer alterações. Além do mais os projetos serão relizados pela empresa, o que de fato não só poderá alterar o coeficiente na prática, como alterar quantidade de comsumos, e aços a serem considerados para execução de cada etapa.

Considerando a declaração no relatório de diligência que a empresa apresentou, supracitado e a consideração 01 declarada, um modo de interpretar, portanto o valor da NFe corresponde tanto o material como o serviço/mão de obra de corte e dobra, uma vez que é impossivel dobrar um material E MONTAR sem uso de arame e mão de obra.

RESUMO DA CPU APRESENTADO

Total de Materiais R\$5,9653

Total de Mão de Obra R\$2,3650

Total = R\$8,33

Material e Mão de Obra da NFe R\$7,17/Kg corte, dobra e montagem

R\$8,33 - R\$7,17 = R\$1,16

Logo o valor de R\$1,16 Corresponde

MATED-9299 R\$0,0470 Espaçador

MATED-9299 R\$0,0464 Esapaçador

MATED-1133 R\$0,1113 Arame Recozido Para Instalação (RESTANTE FOI USADO PARA MONTAR)

Material Total = R\$0,2064

Mão de Obra Remanescente Pra Montagem e Instalação = R\$1,16 – R\$0,2064 = R\$0,9536

Sobra R\$0,9536 mão de obra para instalação.

Fica claro que a composição de custo que a empresa apresentou, é exequível, além da NFe apresentada SER UM VALOR DE R\$1,16/kg menor que a composição, esse valor de R\$1,16 pode ser distribuído na composição conforme apresentado, a distribuição dos valores pode ser demonstrada como a empresa quiser apresentar, é subjetivo a distribuição.

Noutro giro, a empresa GAIGHER ENGENHARIA LTDA alterou o coeficiente, e o mesmo foi aprovado conforme a FIGURA 07, veja bem como o Sr Gustavo não foi imparcial, logo depois de avaliar a nossa empresa, Ele avaliou a empresa GAIGHER ENGENHARIA LTDA, a mesma apresentou um valor total de R\$8,54 e custo de R\$8,50 o que vale é a demonstração apenas ou o FATO concreto?, qual o FATO concreto nossa empresa Apresentou? R\$8,33 e foi julgada inexequível, se a diferença equivale a 2% UMA VARIAÇÃO PIFIA, como pode o ente público declarar a empresa exequível, com uma diferença apenas de 2% é muita incoerência, além de desconsiderar toda a composição do BDI, Risco, Lucro, Despesa Funanceira, onde ao tirar 2% do lucro ainda assim seria

ENGENHARIA LTDA, demonstra que é possivel executar o serviço assim como nossa empresa também, demonstra, FATO é que o Valor considerado de R\$7,17 QUE CORRESPONDE O VALOR TOTAL DA NFe dividido pelo peso, como demonstrato desde o início da diligência , no relatório anexado na diligência, página 02, conforme FIGURA 04, ainda sobra R\$1,16 UMA VEZ QUE A EMPRESA APRESENTOU UM VALOR DE R\$8,33.

Consideração 02 a empresa declara que o valor de R\$7,17 é material, mão de obra até sua montagem, o que significa na NFe, está implicito no valor total, vergalhão, mão de obra, e arame, CARTE DOBRA E MONTAGEM. Sempre considerando que a NFe é Material e Mão de obra (não tem como considerar um material dobrado sem antes cortar e sem usar mão de obra).

RESUMO DA CPU APRESENTADO

Total de Materiais R\$5,9653

Total de Mão de Obra R\$2,3650

Total = R\$8,33

Material e Mão de Obra NFe R\$7,17/Kg corte e dobra

R\$8,33 - R\$7,17 = R\$1,16

MATED-9299 R\$0,0470 Espaçador

MATED-9299 R\$0,0464 Esapaçador

MATED-1133 R\$0,4113 Arame Recozido

Material Total = R\$0,5047

Mão de Obra Remanescente Pra Montagem e Instalação = R\$1,16 – R\$0,5047 = R\$0,6553, Sobra R\$0,6553 para montagem e instalação.

As duas considerações poderiam ser feitas na análise do Sr Gustavo, ele procurou a hipótese que não era exequível, ele não buscou a hipótese da exequibilidade, caso ele tivesse buscado, ficaria facilmente demonstrado.

Em resumo

Consideração 01, corte, dobra e montagem a NFe R\$7,17 apresentada e CPU R\$8,33, sobraria ainda R\$1,16 para realizar a instalação, e pontear com os arames.

Consideração 02, dobrado conforme NFe R\$7,17, CPU R\$8,33, ainda sobraria R\$1,16 PARA COMPRA DO ARAME PARA MONTAR, E AINDA SOBRARIA CUSTO PARA MÃO DE OBRA, COMO DEMONSTRADO NAS DUAS CONSIDERAÇÕES.

Em resumo, a exequibilidade foi demonstrarda uma vez que a CPU foi apresentada, e NFe apresentada, os valores da NFe estão demonstrados na CPU em qualquer hipotese a ser considerada, é possivel achar a exequibilidade, ficariamos discutindo por muito tempo a exequibilidade, conforme cada consideração, basta se não a boa vontade de querer entender que é exequivel.

CPU R\$8,33 e NF-e R\$7,17 (R\$72.451,55/10.093,450= R\$7,17/KG) Conforme NFe apresentada, para efeito deve ser considerado valor global da NFe e dividir pelo peso total, como foi apresentado no relatório de diligencia, uma vez que a NFe é composição de Matrial Mão de Obra. Entretanto nossa CPU já demonstra o detalhadamente, essa informação.

CONSIDERAÇÃO FINAL QUANTO A DEMONSTRAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE

NF-e e CPU:

CPU ESCLARECE A NFe não restando dúvida, o senhor Gustavo aplicou a NFe de forma errada, e chegou nos valores inexequiveis, entretando fica demonstrado de fato a exequibilidade quando aplicada os valores da NFe de forma correta, ainda fazendo duas considerações.

A NFe corresponde a Material e mão de obra, por isso foi apresentado a CPU.

Diante da comprovação da exequibilidade realizada pela empresa Recorrente, por todos os documentos juntados, incluso relatório e Nota Fiscal, foi aceita a proposta MENOS VANTAJOSA em detrimento da proposta da recorrente, que era a MAIS VANTAJOSA para o município, desrespeitando o principal objetivo da Licitação.

Desclassificar a proposta da recorrente seria infringir o próprio princípio da licitação pública, determinado em seu artigo 11, vejamos:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

 I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a
 Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

A proposta apresentada pela recorrente é a melhor para a administração pública, bem como para a população, uma vez que, demonstra o melhor preço, comprovadamente possível de se cumprir (exequível), entregando á população uma obra segura, de excelente qualidade, pelo melhor preço.

Diante de todo o exposto acima, encontra-se comprovado que a DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO, foi rasa, frágil e arbitrária, perante a existência de todas as comprovações da exequibilidade.

Por meio do presente, o qual se impugna com o presente RECURSO, a RECORRENTE pretende a reforma da referida decisão, para que seja declarada habilitada a presente empresa, bem como aprovada sua proposta comercial, haja vista, a comprovação dos valores ora propostos via notas fiscais de compra(anexas), dos referidos produtos, tornando inquestionável a **EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.**

II.2 – Do Excesso de Formalismo

O princípio do formalismo moderado deriva, em sua gênese, da leitura paralela de outros três princípios, quando da divisão de princípios licitatórios em três grupos. São eles: princípio da economicidade (ou vantajosidade), princípio da eficiência e princípio da supremacia do interesse público.

Pela economicidade, além de firmar contratos mais vantajosos, a Administração deve realizar a despesa de forma qualitativa, observado o custo-benefício. Na mesma toada, a eficiência se cola na ideia de obtenção de bons resultados (sem deixar de ter um olho aberto para o custo-benefício, igualmente). Por fim, a supremacia deve ser vista no sentido de que os atos emanados da Administração são atos que representam a vontadegeral dos munícipes.

Dito isso, a Corte de Contas da União afirma que, diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios (TCU – ACÓRDÃO 357/2015 – PLENÁRIO).

Trata-se, então, de realizar uma contratação que prestigie a finalidade precípua da Lei de Licitações, exposta nos três grupos de princípios, lá do começo do texto, deixando-se de lado o excesso burocrático e dando, quando possível, uma colher de chá para o tal de formalismo moderado.

O excesso de formalismo pode por vezes ser encarado como dano ao erário, o que pode vir a acarretar inclusive responsabilidade ao agente autor da decisão. Em outros casos provoca a nulidade dos atos fazendo retornar às fases anteriores. Observamos do Acórdão n. 1924/2011 (Plenário) do Tribunal de Contas da União:

Enunciado: Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida.

[...]

9.4.1 tornar nulos os atos administrativos que inabilitaram as empresas concorrentes no âmbito do Pregão Eletrônico nº 26/2010, bem como todos os atos deles decorrentes, os quais desclassificaram suas propostas, bem como os que homologaram o certame e adjudicaram o objeto, retornando a avença à fase de habilitação;

Junto ao aspecto do excesso de formalismo, encontra-se a criação de aspectos, exigências subjetivas pelo agente de contratação, o que é vedado pelo nosso ordenamento jurídico, vejamos:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO. DEMONSTRAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS EM LICITAÇÃO. ESTABELECIMENTO, POR PARTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO OU DO PREGOEIRO, DE CRITÉRIOS SUBJETIVOS PARA AFERIR A EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS. IMPOSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO TCU. CONHECIMENTO. DETERMINAÇÃO. Nos termos da jurisprudência do TCU, não cabe ao pregoeiro ou à comissão de licitação declarar a inexequibilidade da proposta da licitante, mas facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade das suas propostas

(TCU 02122320083, Relator.: AUGUSTO NARDES, Data de Julgamento: 17/02/2009).

É passivo no entendimento doutrinário, bem como jurisprudencial que nas Licitações Públicas, deve ser usado o formalismo moderado é justamente acabar com as inabilitações/desclassificações por motivos rasos, por erros ínfimos e insignificantes, isso tem por objetivo resguardar a própria finalidade da licitação, entretanto, de forma alguma quer dizer que a Administração irá se desvincular de seu instrumento convocatório, apenas que deve haver uma visão mais razoável, evitando que seu julgamento provoque uma contratação mais onerosa.

Na mesma seara podemos citar a decisão do Mando de Segurança (1ª Seção: MS nº 5.869/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ):

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. **EXCESSO** DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida. (Grifo não original).

Para tanto, deve haver um sopesamento entre os princípios, uma análise crítica, verificando se o documento dispõe da segurança jurídica necessária e se é capaz de atender aos seus objetivos independentemente da forma como é apresentado, aplicando ao caso concreto a decisão que melhor se adeque aos objetivos da licitação, utilizando do instituto da diligência quando for necessário e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa sem malferir o princípio da igualdade.

Por todo o exposto acima, a decisão de desclassificação da empresa Recorrente deve ser reformada, considerando que, os documentos apresentados pela empresa em sede de Diligência são suficientemente comprobatórios da exequibilidade afirmada, configurando EXCESSO DE FORMALISMO, o pedido de juntada de novo demonstrativo para comprovar uma exequibilidade que já havia sido comprovada.

II.3 – Da juntada de Carta de Correção

Diante da decisão infundada da administração pública, da desconfiança da mesma e como forma de demonstração de Boa-Fé da Recorrente, foi realizado diligência junto á empresa fornecedora do Aço, e a mesma forneceu uma carta de correção da Nota Fiscal anexada ao processo licitatório e rechaçada pela administração, onde a empresa descreve de forma inquestionável o que a RECORRENTE vem afirmando desde a apresentação dos documentos: O VALOR DA NOTA FISCAL É DE CORTE, DOBRA E MONTAGEM DO AÇO, tal carta encontra-se anexa á este recurso, comprovando de uma vez por todas, a veracidade dos fatos e documentos apresentados pela RECORRENTE.

Importante salientar que, o presente documento é tão somente para reafirmar o que já havia sido demonstrado pela empresa Recorrente, portanto não há que se falar em documento novo, haja vista ele apenas confirmar situação pré-existente, conforme legislação pátria, vejamos:

O TCU promoveu a interpretação do art. 64 da Lei 14.133 por meio do paradigmático Acórdão 1.211/2021-Plenário. O resultado deu origem ao seguinte enunciado de jurisprudência:

[...] a vedação à inclusão de novo documento novo, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Ou seja, para os fins da vedação contida no art. 64, *caput*, o TCU não considera documento novo aquele que, ainda que juntado posteriormente, comprova condição preexistente à abertura da sessão pública do certame. Sob essa perspectiva, será admissível a juntada

De acordo com o Ministro Relator:

admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

Essa interpretação reflete uma visão pragmática, que consagra um formalismo moderado com o intuito de evitar a inabilitação de licitante que dispõe, na realidade dos fatos, da documentação necessária para participar da licitação.

II.4 – Da Desabilitação da Empresa GAIGHER ENGENHARIA LTDA

A empresa GAIGHER ENGENHARIA LTDA, ao anexar suas comprovações técnicas apresentou comprovação de LAJE MACIÇA, enquanto que, o exigido pelo edital e/ou projeto, para a presente obra era LAJE TRELIÇADA, não logrando êxito em comprovar sua capacidade técnico-operacional, portanto configurado está o descumprimento de fornecimento de produto específico requerido pela administração pública, onde é desrespeitoso tanto com o processo licitatório, quanto para com os demais licitantes, tal aceite pela administração pública.

Sobre a empresa declarada vencedora do certame, encontra-se algumas divergencias a serem consideradas, empresa GAIGHER ENGENHARIA LTDA -ME, CNPJ 03.152.116/0001-34.

Na primeira análise o Sr Gustavo solicita a empresa que seja demonstrada a exequibilidade do item 11.2.2.01 Laje Pré-Moldada Treliçada, uma vez que a empresa apresenta conforme análise, um desconto de 32,12%, desconto superior a 25%, o analista solicita a empresa a demonstração da exequibilidade desse item, observa-se que a empresa não apresentou **NENHUM** documento conforme as solicitações, doravante em nenhum momento a empresa apresentou a exequibilidade, nem justificou a não apresentação, cabe a desclassificação da empresa por não apresentar em nenhum momento o documento solicitado pelo municipio.

Conforme o Edital Item 6.2:

técnicas contidas no Projeto básico;

6.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, <mark>quando exigido pela</mark> Administração;

6.2.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

Quando estamos falando do item de maior relevância da planilha valor orçado R\$1.298.361,64, corresponde a 14,46% do valor total da planilha orçada. Nem a administração muito menos a empresa, justificaram a falta dos documentos comprobatórios, como NFe, orçamentos, entre outros. Conforme ITEM 3 da primeira análise realizada, e anexada na plataforma. Figura 01 análise da proposta da empresa Gaisher.



ITEM 3

O item 11.2.2.01 - LAJE PRÉ-MOLDADA TRELIÇADA, UNIDIRECIONAL, BI-APOIADA, C/TRELIÇA METÁLICA E ENCHIMENTO EM - SOBRECARGA 300KGF/M², TRELIÇA TR20, VÃO ATÉ 8 METROS, INCLUSIVE CAPEAMENTO E=5CM. ESPESSURA TOTAL DA LAJE=25CM M2 apresenta um desconta de 32.12% na planilha do licitante. Uma vez que a lei 14.133/21 determina no artigo 59, parágrafos 3º e 4º, que a exequibilidade deve ser também avaliada e demonstrada sobre os preços unitários dos itens relevantes, solicito ao licitante a apresentação de documentos que comprovem a exequibilidade da serviço supracitado no valor de R\$281,75 por metro quadrado. Apresentar a composição de custo unitário deste item detalhada, para avaliação dos preços dos serviços contidos dentro da composição. Apresentar documento que comprove os custos indicados na composição detalhada.



FIGURA 01 - Fonte: 56615b0a-8762-4722-88f6-e974addf1409.pdf

exequibilidade, uma vez que a lei exige que o município solicite diligência para que seja comprovada, cabendo a desclassificação da empresa por não comprovar, nem apresentar documentos solicitados pelo Sr Gustavo Duffles, sendo documentos solicitados pelo município.



FIGURA 02- Fonte: Licitar Digital - Plataforma De Compras

A Figura 03, é a planilha que foi anexada com o preço inexequível referente ao item 11.2.2.01 Laje Treliçada. E analisada pelo Sr Gustavo, o qual manifesta que a empresa apresente documento comprobatório, e a mesma não apresentou em nenhum momento.



FIGURA 03 Fonte: Licitar Digital - Plataforma De Compras

A Figua 04, demonstra que de fato o item de maior relevância, é apresentado pela empresa com desconto superior a 25%, ao analista assiste razão na sua análise, cabendo desclassifção da empresa por não apresentar a documentação adequada, e solicitada no processo licitatório. Portanto a falta de documentos enseja sua desclassificação, uma vez que o analista solicita e nenhum documento como NF-e foi apresentado.



FIGURA 03 - Fonte: PLANILHA PROPOSTA-CRONOGRAMA-BDI -CPU- GAIGHER **ENGENHARIA.xlsx**

A presente situação fere o principio da igualdade: trata-se de assegurar tratamento isonômico a todos os licitantes. É condição essencial para garantir competição nos processos licitatórios, conofmre Lei 14.133/2021.

a empresa não apresentou, cabe desclassificação, uma vez que no relátorio de análise foi levantado essa exigibilidade, ainda que passe despercebido ao municipio, a lei é clara, esse critério de avaliação de desconto superior a 25% para todos os licitantes, foi estabelecido para todas as avaliações realizadas pelo Sr Gustavo, que seria considerado os ítens de maior relevância, portanto esse princípio de *igualdade deve ser aplicado a todos*.

Dois princípios devem ser observados no processo licitatório

I - Impessoalidade: obriga a Administração a observar, em suas decisões, critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando favoritismos e subjetivismo na condução dos processos licitatórios;

II - Moralidade: exige dos licitantes, contratados e dos agentes públicos conduta lícita, íntegra, compatível com os bons costumes e com as regras da boa administração;

Além do quesito de inabilitação e desclassificação da empresa, pode-se observar que foi aceito na análise técnica, um modelo de laje incompatível com o modelo solicitado, o modelo da laje solicitada como comprovação de aptidão operacional e técnica, foi laje treliçada, a laje treliçada tem aspectos construtivos, executivos, e divergentes e diferentes, não existe similaridade, segue as diferenças entre as duas lajes maciça e treliçadas.

1 Os apoios e vinculações das duas lajes divergem, portanto, a distribuição de carga é diferente.

2 A laje treliçada é um modelo pré-moldada chega parte pronto na obra, podendo ter um controle de qualidade maior que a maciça.

3 O processo construtivo é diferente, a laje maciça é moldada in-loco e utiliza-se muito de formas para sua execução, enquanto a laje treliçada não utiliza.

4 As normas técnicas que se aplicam a lajes treliçadas são a NBR 6118, a NBR 8800, a NBR 14762 e a ASTM A36, diferente da maciça que é somente a NBR 6118.

5 Por fim, a laje treliçada alcança vãos maiores, que a laje comum maciça.

Portanto a empresa deve ser inabilitada, por apresentar um item de maior relevância, técnica incompatível com o exigido.

finalidade seja a mesma, sendo assim não existe similaridade, conforme os cinco ítens

mencionados.

Restando claro que a empresa GAIGHER ENGENHARIA LTDA -ME, CNPJ 03.152.116/0001-

34 não apresentou documentação solicitada na análise, bem como existindo ainda

divergência no CAT exigido do apresentado, como foi demonstrado acima, sua

desclassificação e inabilitação é medida que se impõe.

III - CONCLUSÃO E REQUERIMENTO

Por todos os fatos e fundamentos expostos, a RECORENTE requer o acolhimento do

presente RECURSO, com a reforma da descisão de desclassificação da ESTRUTURAR

ENGENHARIA LTDA, bem como a desabilitação da empresa, haja vista a mesma não ter

apresentado atestado técnico específico ao exigido no edital, o que fere o princípio da

sendo o recurso JULGADO TOTALMENTE PROCEDENTE, tornando a empresa recorrente

vencedora habilitada nesse certame licitatório, da Prefeitura de Lagoa Santa/MG.

Nestes Termos

Aguarda Deferimento

Paraopeba/MG, 27 de março de 2025.

553199***7732

Assinado W D4Sign adm@estruturardigital.com



Jakeline Fransualy Ferreira

Corpo jurídico – Estruturar Engenharia Ltda

Rafael Vinicius Silva Straelh

Representante legal



29 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON) Certificado de assinaturas gerado em 28 de March de 2025, 16:27:10



Recurso Lagoa Santa Reforma pdf

Código do documento d98cb944-18d3-4a0e-8133-93f7e6fea382



Assinaturas



RAFAEL VINICIUS SILVA STRAELH adm@estruturardigital.com Assinou como parte



Jakeline Fransualy Ferreira WhatsApp: +553199***7732 Assinou como parte

Kafael



Eventos do documento

28 Mar 2025, 15:23:26

Documento d98cb944-18d3-4a0e-8133-93f7e6fea382 criado por RAFAEL VINICIUS SILVA STRAELH (29b9358f-4635-4b2f-ad52-2d2944aba06e). Email:adm@estruturardigital.com. - DATE ATOM: 2025-03-28T15:23:26-03:00

28 Mar 2025, 15:25:02

Assinaturas iniciadas por RAFAEL VINICIUS SILVA STRAELH (29b9358f-4635-4b2f-ad52-2d2944aba06e). Email: adm@estruturardigital.com. - DATE ATOM: 2025-03-28T15:25:02-03:00

28 Mar 2025, 15:25:16

RAFAEL VINICIUS SILVA STRAELH Assinou como parte (29b9358f-4635-4b2f-ad52-2d2944aba06e) - Email: adm@estruturardigital.com - IP: 168.197.17.206 (206-17-197-168.paraopebanet.com.br porta: 51382) -Documento de identificação informado: 117.302.736-02 - DATE ATOM: 2025-03-28T15:25:16-03:00

28 Mar 2025, 16:01:59

JAKELINE FRANSUALY FERREIRA Assinou como parte WhatsApp: +553199***7732 - IP: 152.255.106.29 (152-255-106-29.user.vivozap.com.br porta: 28226) - Geolocalização: -19.645782637540822 -43.904674743204716 - Documento de identificação informado: 057.512.136-02 - DATE ATOM: 2025-03-28T16:01:59-03:00

Hash do documento original

(SHA256):dc298af167cde9f7ae7bbf7cb8f39b62c060ca650141bd383136e40b9a3fa690



29 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil **Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)** Certificado de assinaturas gerado em 28 de March de 2025, 16:27:10



Esse log pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.